



Instituto de Responsabilidade Social Sírio
Libanês Ambulatório Médico de
Especialidades Interlagos

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	12

Relatório do auditor independente

Grant Thornton
Auditoria e Consultoria Ltda.
Av. Engenheiro Luis Carlos Bemini, 105
12º andar | Edifício Bemini One | Vila Olímpia
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br
T +55 11 3886.5100

Aos Conselheiros e Diretores
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2016 o Instituto apresenta saldo a receber de partes relacionadas no montante de R\$141.821 (R\$141.821 em 2015), além de saldo a pagar à partes relacionadas no montante de R\$360 (R\$360 em 2015), cujo contrato de gestão não prevê a utilização de recursos junto à outras entidades (o que pode ser questionado pelo Governo do Estado de São Paulo). Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

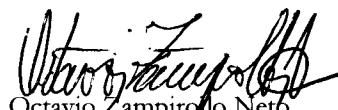
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos – auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos saldos estão apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 4 de março de 2016, não continha ressalvas. A demonstração do resultado referente ao citado exercício está sendo reapresentada em função do assunto discutido na Nota Explicativa nº 4.

São Paulo, 3 de abril de 2017.



Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios	5	1.603.271	742.698
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	1.193.737	1.147.824
Estoques	7	29.642	31.299
Creditos diversos	8	58.358	40.702
Partes relacionadas	9	141.821	141.821
Total do ativo circulante		3.026.829	2.104.344
Ativo não circulante			
Depositos judiciais	13	60.403	50.720
Total do ativo não circulante		60.403	50.720
Total do ativo		3.087.232	2.155.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS
Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	10	236.169	139.282
Obrigações trabalhistas	11	1.464.891	1.452.956
Obrigações tributárias	12	18.248	14.197
Contratos de gestão e convênios	-	2.858	-
Outras contas a pagar	-	1.343	1.173
Partes relacionadas	9	360	360
Total do passivo circulante		<u>1.723.869</u>	<u>1.607.968</u>
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	41.666	37.719
Total do passivo não circulante		<u>41.666</u>	<u>37.719</u>
Patrimônio líquido			
Superávit acumulados	14	509.377	541.979
Superávit/(déficit) do exercício		812.320	(32.602)
Total do patrimônio líquido		<u>1.321.697</u>	<u>509.377</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>3.087.232</u>	<u>2.155.064</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS
Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(Reapresentado)</u>
Receitas operacionais			
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	-	13.785.366	12.806.136
Subvenções compra equipamentos hospitalares	-	-	269.983
Receitas de doações de materiais	15	1.447	243
		13.786.813	13.076.362
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(12.101.428)	(11.916.823)
Superávit bruto		1.685.385	1.159.539
Despesas operacionais			
Utilidade pública	17	(266.691)	(268.535)
Serviços profissionais	18	(464.042)	(892.186)
Demandas judiciais	13	(3.946)	37.284
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(279.575)	(200.680)
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro		671.131	(164.578)
Despesas financeiras	20	(48.173)	(11.776)
Receitas financeiras	21	189.362	143.752
		141.189	131.976
Superávit (déficit) do exercício		812.320	(32.602)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS
Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Superávit (déficit) do exercício	812.320	(32.602)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>812.320</u>	<u>(32.602)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS
Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>Superávit/ (Déficit)</u> <u>acumulado</u>	<u>Superávit/</u> <u>(Déficit) do</u> <u>exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(75.161)	617.140	541.979
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado		617.140	(617.140)	-
Déficit do exercício		-	(32.602)	(32.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		----- 541.979	----- (32.602)	----- 509.377
Incorporação do déficit do ano anterior ao superávit acumulado		(32.602)	32.602	-
Superávit do exercício		-	812.320	812.320
Saldos em 31 de dezembro de 2016		----- <u>509.377</u>	----- <u>812.320</u>	----- <u>1.321.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Ambulatório
Médico de Especialidades Interlagos**

**Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Superavit (déficit) do exercício	812.320	(32.602)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais		
Provisão para demandas judiciais (líquido das reversões e pagamentos)	3.947	(37.286)
Variação de ativos e passivos operacionais		
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(45.913)	(33.432)
Estoques	1.657	15.371
Créditos diversos	(17.656)	(6.513)
Depósitos judiciais	(9.683)	(35.749)
Fornecedores	96.887	(50.002)
Obrigações trabalhistas	11.935	(137.134)
Obrigações tributárias	4.051	962
Outras contas a pagar	170	(312)
Projetos a executar - contratos de gestão e convênios	<u>2.858</u>	<u>(287.795)</u>
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	860.573	(604.492)
Aumento (redução) de Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios	<u>860.573</u>	<u>(604.492)</u>
No início do exercício	742.698	1.347.190
No final do exercício	1.603.271	742.698
Aumento (redução) de Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios	<u>860.573</u>	<u>(604.492)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.Contexto operacional

O Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês “IRSSL” é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Contratos de Gestão com a Prefeitura e Governo de São Paulo - AME Dra. Maria Cristina Cury

O Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos – AME. “Instituto” Firmou o contrato de gestão nº 001.0500.000.070/2011 em 15 de dezembro de 2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012 por 5 anos. O AMEI está localizado na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120 – Interlagos, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0006-47. Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado um novo contrato de gestão sob o N° 001.0500.000045/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o montante global de repasse no valor de R\$ 71,1 milhões.

Em função do Instituto ser uma unidade estadual e o IRSSL ser responsável apenas pelo gerenciamento do serviço de saúde, os ativos imobilizados relacionados à unidade de saúde ficam sob responsabilidade do ente público. O valor do repasse estimado para 2017 é de R\$ 14,3 milhões.

	31/12/2016 (não auditado)	31/12/2015 (não auditado)
Equipamentos, materiais e mobiliários	2.067.353	1.901.302
	2.067.353	1.901.302

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

As presentes demonstrações contábeis incluem dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte do auditor independente.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foram aprovadas pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Instituto em 3 de abril de 2017, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 22).

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir estão sendo aplicadas de forma consistente pelo Instituto em ambos períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4. Reapresentação da Demonstração dos resultados de 31 de dezembro de 2015

Para fins de comparabilidade, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sendo reapresentada para atendimento à alteração ocorrida na ITG 2002 (R1) item 9B, que estabelece que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Dessa forma, não devem ser reconhecidas as Receitas de Isenção de INSS e o respectivo Custos de Encargos de Previdência Social, as quais não interferem no resultado operacional da unidade. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, essas informações estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 24.

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	617.041	592
Aplicações financeiras	986.230	742.106
	1.603.271	742.698

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos a receber de projetos – AMA Interlagos	1.193.737	1.147.824
	1.193.737	1.147.824

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, as quais foram recebidas no início de janeiro de 2017. O Instituto mantém contratos de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (vide Nota Explicativa nº 1).

7. Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	16.842	22.487
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	12.800	8.812
	29.642	31.299

8. Créditos diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos à funcionários	55.197	40.702
Outros créditos	3.161	-
	58.358	40.702

9. Partes relacionadas

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Hospital Geral do Grajaú	141.821	141.821
	141.821	141.821
Passivo		
Unidade de Reabilitação Lucy Montoro	360	360
	360	360

O Instituto tem acordo de colaboração firmado com a Sociedade Benfícete de Senhoras Sírio Libanês, que consiste em ajuda financeira necessária para a manutenção da unidade, seja ela por meio de doações (materiais ou monetárias) ou empréstimos para custear as despesas necessárias da unidade.

10. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Nacionais	236.169	139.282
	236.169	139.282

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos	41.959	23.180
A vencer até 30 dias	193.238	113.146
A vencer de 31 a 180 dias	972	2.956
	236.169	139.282

Quanto aos fornecedores vencidos e não pagos, o Instituto passou a negociar junto aos credores no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. O Instituto tem obtido êxito nestas negociações, escalonando os pagamentos de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

11. Obrigações trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados a pagar	419.210	424.285
Contribuições e encargos sociais	247.062	248.406
Provisão para férias e encargos sobre férias	798.619	780.265
	1.464.891	1.452.956

12. Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	1.699	1.631
ISS	1.722	438
PIS/COFINS/CSLL	6.794	8.853
INSS	8.033	3.275
	18.248	14.197

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais**Provisão para demandas judiciais**

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para demandas judiciais	41.666	37.719
	41.666	37.719

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2014	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas	75.004	4.627	(41.912)	-	37.719
	75.004	4.627	(41.912)	-	37.719

	31/12/2015	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2016
Trabalhistas	37.719	3.947	-	-	41.666
	37.719	3.947	-	-	41.666

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda "possível", para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2016, são: trabalhista R\$572.851 (R\$240.513 em 2015). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados.

Depósitos Judiciais

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais	60.403	50.720
	60.403	50.720

14. Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social do Instituto, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio líquido

	31/12/2016	31/12/2015
Instituto	1.321.697	509.377
	1.321.697	509.377

15. Receitas com doações de materiais

	31/12/2016	31/12/2015
Doações recebidas	1.447	243
	1.447	243

As Receitas de doações de materiais são referentes à doações de medicamentos de diversos parceiros pessoas Físicas e Jurídicas.

16. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(9.425.117)	(9.587.279)
Medicamentos e materiais de uso – paciente	(321.724)	(237.465)
Materias de consumo diversos	(289.687)	(293.105)
Lavadeira e rouparia	(9.120)	(6.980)
Segurança e vigilância	(407.965)	(333.665)
Higiene e limpeza	(550.452)	(510.512)
Serviços médicos	(1.097.363)	(947.817)
	(12.101.428)	(11.916.823)

17. Utilidade pública

	31/12/2016	31/12/2015
Água	(50.169)	(48.604)
Energia elétrica	(129.894)	(119.231)
Combustíveis e lubrificantes	(7.959)	(8.322)
Telecomunicações	(78.669)	(92.378)
	(266.691)	(268.535)

18. Serviços profissionais

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários advocatícios	-	(4.540)
Consultoria e assessoria	(122.224)	(113.936)
Suporte em infraestrutura de TI	(144.316)	(111.813)
Manutenção e conservação	(94.286)	(32.495)
Serviços diversos – pessoas jurídica	(103.216)	(629.402)
	(464.042)	(892.186)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Locação de equipamento	(154.791)	(115.550)
Arquivos e guardas de documentos	(53.082)	(51.544)
Despesas legais / fiscais/ parafiscais	(16.075)	(31.236)
Outras receitas (despesas)	(55.627)	(2.350)
	(279.575)	(200.680)

20. Despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(38.865)	(2.764)
Imposto sobre operações financeiras	(4.344)	(956)
Juros incorridos	(61)	(1.765)
Outras despesas financeiras	(4.903)	(6.291)
	(48.173)	(11.776)

21. Receitas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Descontos obtidos	1.863	6.311
Receita de aplicações financeiras	187.499	137.441
	189.362	143.752

22. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contábeis abaixo apresentados:

	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
31 de dezembro 2016						
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	1.603.271	-	-	1.603.271	1.603.271
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	1.193.797	-	1.193.797	1.193.797
Outros ativos	8, 9, 13	260.582	-	-	260.582	260.582
Fornecedores	10	-	-	(236.169)	(236.169)	(236.169)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	11, 12	-	-	(1.487.340)	(1.487.340)	(1.487.340)
		1.863.853	1.193.797	(1.723.509)	(1.334.141)	(1.334.141)
31 de dezembro 2015						
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	742.698	-	-	742.698	742.698
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	1.147.824	-	1.147.824	1.147.824
Outros ativos	8, 9, 13	233.243	-	-	233.243	233.243
Fornecedores	10	-	-	(139.282)	(139.282)	(139.282)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	11, 12	-	-	(1.468.326)	(1.468.326)	(1.468.326)
		975.941	1.147.824	(1.607.608)	516.157	516.157

23. Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

O Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

Incidentes sobre a receita	aliquota	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta		13.785.366	12.806.136
ISS	5%	689.268	640.307
PIS	0,65%	89.605	83.240
COFINS	3%	413.561	384.184
		1.192.434	1.107.731
Incidentes sobre o Superávit			
Superávit do exercício		812.320	(32.602)
IRPJ e CSSL	34%	276.189	-
Total		1.468.623	1.107.731

24. Isenção de INSS cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

A seguir evidenciamos memória de cálculo da isenção de INSS cota patronal:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordenados e salários	7.280.921	2.238.582
Isenção de INSS (27.96%)	2.035.746	625.908

* * *